

388

Os impactos e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros

Aluno Graduação/Undergraduate Student Syndia Sadaf Viana Pereira [ORCID iD¹](#), Doutor/Ph.D. Redvânia Vieira Xavier [ORCID iD¹](#), Doutor/Ph.D. Fernando Maciel Ramos [ORCID iD²](#)

¹Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brazil. ²Universidade do Contestado, Concórdia, SC, Brazil

Aluno Graduação/Undergraduate Student Syndia Sadaf Viana Pereira

[0000-0002-0103-5665](#)

Doutor/Ph.D. Redvânia Vieira Xavier

[0000-0003-0901-9261](#)

Doutor/Ph.D. Fernando Maciel Ramos

[0000-0002-4222-1253](#)

Resumo/Abstract

Este estudo possui como objetivo examinar o impacto e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros à luz da Teoria da Contingência. O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa documental, com abordagem quantitativa, onde foram utilizados os métodos de estatística descritiva, correlação, regressão linear múltipla e modelos econométricos para analisar os dados da pesquisa. A análise contemplou os gastos públicos mensais entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Dessa forma, foi analisado o comportamento dos gastos públicos em cada estado da federação e no Distrito Federal, e o impacto da pandemia sobre estes. Os resultados revelam que, de maneira geral, a pandemia impactou significativamente os gastos públicos, com destaque para o aumento dos gastos com saúde e para as variações ocorridas nos gastos com segurança pública. Ademais, as regiões que mais sofreram aumento nos gastos foram as regiões Nordeste e Sudeste, destacando-se o crescimento avultoso dos gastos públicos em saúde.

Modalidade/Type

Iniciação Científica / Undergraduate Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector



Os impactos e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros

Resumo

Este estudo possui como objetivo examinar o impacto e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros à luz da Teoria da Contingência. O presente trabalho classifica-se como uma pesquisa documental, com abordagem quantitativa, onde foram utilizados os métodos de estatística descritiva, correlação, regressão linear múltipla e modelos econométricos para analisar os dados da pesquisa. A análise contemplou os gastos públicos mensais entre os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Dessa forma, foi analisado o comportamento dos gastos públicos em cada estado da federação e no Distrito Federal, e o impacto da pandemia sobre estes. Os resultados revelam que, de maneira geral, a pandemia impactou significativamente os gastos públicos, com destaque para o aumento dos gastos com saúde e para as variações ocorridas nos gastos com segurança pública. Ademais, as regiões que mais sofreram aumento nos gastos foram as regiões Nordeste e Sudeste, destacando-se o crescimento avultoso dos gastos públicos em saúde.

Palavras-chave: Gastos públicos. Pandemia. COVID-19. Teoria da contingência.

Abstract

This study aims to examine the impact and influences of the COVID-19 pandemic on public spending in Brazilian states from the perspective of Contingency Theory. The present work is classified as documentary research, with a quantitative approach, where the methods of descriptive statistics, correlation, multiple linear regression and econometric models were used to analyze the research data. The analysis included monthly public spending between the years 2018, 2019, 2020 and 2021. In this way, the behavior of public spending in each state of the federation and in the Federal District was analyzed, and the impact of the pandemic on these. The results reveal that, in general, the pandemic had a significant impact on public spending, with emphasis on the notable increase in health spending and the variations that occurred in public security spending. In addition, the regions that suffered the most increase in spending were the Northeast and Southeast regions, highlighting the massive growth in public spending on health.

Keywords: Public spending. Pandemic. COVID-19. Contingency theory.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19, apresentou-se como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século (Fiocruz, 2020). Mesmo após cerca de dois anos de pandemia, o índice de letalidade da doença e sua alta velocidade de disseminação continuam gerando questionamentos sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em termo de gastos públicos (WERNECK, CARVALHO, 2020).

No Brasil, no primeiro ano da pandemia, em 2020, foram editadas 40 (quarenta) medidas provisórias responsáveis por R\$ 673,5 bilhões em créditos extraordinários para



serem aplicados em ações de enfrentamento à pandemia (CONORF, 2020). Logo, em 31 de dezembro de 2020, o Palácio do Planalto divulgou o gasto efetivo de R\$ 554,5 bilhões, cerca de 1,892 bilhão por dia, a contar do início da pandemia no país. No que diz respeito ao ano de 2021, segundo a Agência Senado, R\$ 157 milhões foram gastos nos 100 primeiros dias do referido ano (CONORF, 2020).

Dessa forma, a Agência Senado (2021) afirmou que até abril de 2021, os créditos extraordinários representaram 99,8% de toda a verba aplicada pelo governo federal no combate à pandemia. Sendo que, a diferença, ou seja, os 0,2% restantes, foram oriundos de fontes orçamentárias e créditos especiais ou suplementares. Diante disso, e tendo em vista as especificidades da legislação que rege o empenho de despesas a partir de créditos extraordinários, diversas pesquisas se dedicaram a analisar a destinação dessa verba, o controle e eficiência dos gastos públicos no combate à pandemia da COVID-19 (GOMES, SILVEIRA, NETO, 2020).

Entretanto, apesar de existir diversos estudos relativos ao nível de transparência dos gastos públicos com saúde no enfrentamento à pandemia, nota-se que há uma escassez de informações sobre o desempenho de cada estado brasileiro no enfrentamento à pandemia da COVID-19, tendo como parâmetro os gastos públicos realizados antes e durante o período pandêmico.

Sendo assim, a literatura existente (Pinheiro et al., 2020; Carqueija et al., 2021; Dotto et al., 2021; Bulhões et al., 2020; Santos et al., 2021), acerca do estudo dos gastos públicos para o combate à pandemia é composta por artigos que propuseram-se a realizar a pesquisar utilizando-se de amostras restringidas a poucos municípios, ou a um estado específico da federação, sem a realização de comparativos entre os gastos públicos das diferentes regiões do país, bem como sem a execução de comparativos dos gastos públicos realizados nos anos pandêmicos com os gastos realizados nos anos antecedentes à pandemia. Ademais, verificou-se que foram realizadas, em sua maioria, pesquisas qualitativas, com metodologias pouco abrangentes e, até certo ponto, engessadas.

Assim, considerando a relevância do assunto, as lacunas mencionadas acerca do assunto e utilizando-se do acesso à informação garantido pelos portais de transparência dos estados brasileiros, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais impactos e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros?

Considerando a vulnerabilidade que o contexto mundial atual tem sofrido devido a pandemia da COVID-19, o objetivo desta pesquisa teve como foco analisar os impactos e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros. Este estudo justifica-se por proporcionar a evidenciação dos resultados dos dispêndios públicos nos estados para combate à COVID-19 de forma quantitativa, utilizando-se como base a teoria contingencial e ilustrando comparativos para demonstrar os impactos entre os anos anteriores e o durante à pandemia da COVID-19, ou seja, no período de 2018 a 2021. Além de promover o entendimento, a participação e a fiscalização da sociedade sobre os gastos dos estados nesse momento de crise, o estudo visa preencher lacunas encontradas nas literaturas preexistentes (PINHEIRO et al., 2020).

O presente estudo está dividido em 5 (cinco) seções, a iniciar por esta introdução. As demais partes encontram-se dispostas da seguinte forma: a segunda seção compreende o referencial teórico desta pesquisa, seguido pela metodologia utilizada para a realização da mesma. A quarta seção engloba a análise e discussões dos resultados em conformidade com os objetivos propostos para a pesquisa. Por fim, tem-se a quinta seção, que consiste nas considerações finais, seguida pelas referências bibliográficas.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

À medida em que atravessamos o atual cenário pandêmico, maiores são os gastos públicos direcionados ao enfrentamento da COVID-19. Até o dia 23/02/2022, já haviam sido gastos R\$ 650,5 bilhões (Tesouro Nacional Transparente, 2022). Diante desse panorama, mostra-se altamente relevante a observância do impacto desses gastos nos estados brasileiros (Pinheiro et al., 2020). Para este estudo, serão relacionados os conceitos da Teoria da Contingência com os gastos públicos para o enfrentamento da COVID-19, visto que, para a máquina pública sobreviver e obter melhor desempenho nesse período de crise, é necessário adequar as suas estruturas ao ambiente e às necessidades do povo, ambiente esse que sofreu uma grande mudança em decorrência da COVID-19 (SILVA, BENINI, SILVA, 2020).

2.1 A pandemia da COVID-19 e os gastos públicos

Em dezembro de 2019, na cidade chinesa de Wuhan, registrava-se o surgimento dos primeiros casos de uma infecção causada por um vírus ainda desconhecido. O que teve início como epidemia, logo tomou proporções mundiais e o vírus outrora incógnito, passa a ser identificado como SARS-CoV-2, causador da patologia reconhecida como COVID-19 (BRASIL, 2021).

A pandemia da COVID-19 se concretizou no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, com o registro do primeiro caso da doença no país, porém, antes disso, a pandemia já havia se tornado uma preocupação para os brasileiros em virtude da publicação, pelo Ministério da Saúde, da Portaria nº 188/2020, de 3 de fevereiro de 2020, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (UNA-SUS, 2020)

Com a disseminação do vírus, instaurou-se pelo país uma crise sanitária, social e econômica, e visando sanar as necessidades geradas por essa crise, em março de 2020 o Senado Federal resolve declarar, através do Decreto Legislativo nº 06/2020, estado de calamidade pública, viabilizando a execução de gastos públicos para a resolução do problema e dispensando a limitação de empenho prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de acordo seu Art. 65 e conforme Art. 41, Inciso III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964 (BRASIL, 2020).

Em atenção à rede de saúde pública dos estados e municípios, o Governo Federal também publica a Medida Provisória 924, que disponibiliza crédito extraordinário de cerca de R\$ 5,1 bilhões, destinados às ações de enfrentamento à COVID-19. (Brasil, 2020). Dessa forma, as despesas resultantes dos créditos extraordinários não estão submetidas ao teto dos gastos públicos previstos no Art. 107 da Emenda Constitucional nº 95/2016, ou seja, a partir disso o governo fica autorizado a gastar mais do que arrecada (BRASIL, 2016).

Para Carqueija et al. (2021), a crise gerada pela pandemia é a maior crise econômica global e brasileira após a Segunda Guerra Mundial, dessa forma, mostra-se necessário analisar quais os impactos e a influência da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros, sobretudo tendo em vista o caráter extraordinário de empenho das despesas e o número de infectados, internados e de óbitos ao longo do período pandêmico.

No Brasil, nos anos de 2020 e 2021, os gastos públicos com saúde foram de 7,5% e 36,7%, respectivamente, correspondente ao total de gastos públicos federais destinados ao combate da pandemia de COVID-19, enquanto o maior repasse de recursos se deu às

ações do Ministério da Cidadania, correspondendo a 56,5% e 50,8%, respectivamente, nos anos supracitados (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE, 2022).

Dessa forma, Fisher (1964), discorrendo sobre as demandas sociais por políticas públicas, propôs um modelo que determina que os gastos públicos são estabelecidos por múltiplas variáveis que podem ser agrupados da seguinte forma: as variáveis socioeconômicas, as variáveis políticas e as variáveis demográficas, relacionando o comportamento dos gastos públicos estaduais à diversos fatores (SUDASINGHE, 2010). Visando a instauração da fundamentação da escolha das variáveis a serem utilizadas nesta pesquisa, dois dos três tipos de variáveis mencionados a pouco serão evidenciados isoladamente a partir dos próximos subtópicos deste referencial teórico.

2.1.1 Variáveis socioeconômicas dos gastos públicos

Ao evidenciarmos as variantes socioeconômicas dos gastos públicos, devemos citar Fabricant (1952), que foi precursor na observação do vínculo entre fatores socioeconômicos e despesas públicas ao realizar um estudo que tinha como amostra os estados americanos. A partir desse estudo, o autor verificou que a renda e o nível de urbanização exercem influência sobre o volume de gastos, além de notar correlações significativas entre tais variáveis e os gastos com educação, construção de rodovias, assistência social, saúde, segurança, proteção contra incêndios e administração geral (FABRICANT, 1952).

De maneira semelhante, a pesquisa realizada por Painter e Bae (2001) determinou que, no geral, o número de fatores econômicos e institucionais são essenciais ao estudo das variáveis dos gastos públicos, ao verificar que a renda per capita, a dívida total em longo prazo, a taxa de desemprego e a proporção de estudantes em faculdade de graduação possuem impacto positivo e estatisticamente significativo nos gastos dos governos estaduais.

Segundo Birdsall (2005), as diferenças entre a performance dos gastos públicos de governos locais explicam-se por diferenças na renda per capita, urbanização, área, densidade populacional, capacidade tributável, taxas, tamanho da população absoluta, auxílio de níveis mais altos de governo por transferências intergovernamentais e o percentual de população em idade escolar, portanto, para este estudo, adotaremos esses fatores como as variáveis socioeconômicas dos gastos públicos, a exemplo do que foi realizado na pesquisa de Morais et al. (2018).

2.1.2 Variáveis sociopolíticas dos gastos públicos

A utilização da variável sociopolítica dos gastos públicos nesse estudo baseia-se na compreensão de que os processos eleitorais, a organização partidária e a estrutura governamental são importantes determinantes das políticas públicas (SUDASINGHE, 2010).

Veiga e Veiga (2007) analisaram em sua pesquisa a conexão entre o período eleitoral e variáveis da execução orçamentária. Os autores evidenciaram com clareza o comportamento oportunista dos governos locais de Portugal, ocasionados pela ambição de aumentar suas chances de reeleição. Para tanto, os formuladores de políticas públicas reduziram os impostos, maximizaram as despesas totais e alteram sua estruturação.

O estudo realizado por Queiroz (2015), demonstrou que os municípios brasileiros que tiveram um maior percentual da despesa orçamentária em investimentos e menor com



pessoal e outras despesas correntes aumentaram as probabilidades de reeleição dos partidos políticos.

Analisando a influência do ano eleitoral sobre as despesas correntes e de capital, Vergne (2009) examinou os políticos-orçamentários em 42 países em desenvolvimento no período de 1975 a 2001, o resultado obtido pelo autor apresentou uma potencialização das despesas correntes e redução das despesas de capital, o que se repetiu nas cinco eleições ocorridas no período do estudo, o que demonstra a prática de alterações na destinação dos gastos públicos no período eleitoral.

Diante dos resultados encontrados pelas pesquisas retro mencionadas, entende-se que o ano eleitoral e os partidos políticos, como fatores sociopolíticos, apresentam-se como fatores capazes de influenciar os gastos públicos.

2.1.3 Variáveis demográficas dos gastos públicos

A utilização dos fatores demográficos como determinantes dos gastos públicos possui precedentes na literatura (Rodrigues, 2010; Verbina, Chowdhury, 2004; Burchell, Mukherji, 2003; Carruthers, Ulfarsson, 2003; Mendes, Sousa, 2006). Os resultados encontrados nessas pesquisas demonstram que a densidade demográfica, o tamanho da população e estruturas físicas e políticas da região são elementos que podem ter influência na destinação das despesas públicas.

Segundo Verbina e Chowdhury (2004), a densidade populacional tem um efeito negativo nos gastos públicos com educação. A pesquisa realizada na Rússia demonstrou que a densidade populacional viabiliza aos governos a redução dos custos com os serviços prestados em decorrência das economias de escala.

De maneira semelhante, Carruthers e Ulfarsson (2003) alegam que a despesa está intimamente ligada a estrutura física e política da região. Em sua pesquisa, verificaram a existência de uma relação negativa entre a densidade populacional e as despesas de capital, com urbanismo, proteção policial e educação, ou seja, o custo per capita diminui à medida que a densidade aumenta.

Os resultados do estudo de Burchell e Mukherji (2003) demonstraram que uma baixa densidade demográfica pode aumentar os custos governamentais em 10%. Segundo os autores, um padrão de desenvolvimento mais centralizado gera uma menor demanda por recursos, viabilizando um gerenciamento mais eficiente do fornecimento dos serviços públicos.

Rodrigues (2010) verificou que, no Brasil, o tamanho e o perfil etário da população estão relacionados de forma positiva às despesas com saúde, educação, segurança, habitação e assistência social dos estados. A população é um fator determinante na demanda de serviços públicos (MENDES, SOUSA, 2006). Segundo os autores mencionados anteriormente, uma elevada densidade demográfica contribui na diminuição dos custos da implementação de políticas públicas, e, conseqüentemente, na redução das despesas.

2.2 Teoria da contingência

A Teoria da Contingência, segundo Molinari e Guerreiro (2004), é uma perspectiva teórica do comportamento organizacional que dá ênfase à maneira através da qual determinada contingência, como a tecnologia ou o ambiente, influencia o funcionamento e desenvolvimento das organizações. De acordo com Donaldson (1998), existem diversas variáveis contingenciais, como por exemplo, o tamanho, a estratégia, a



dúvida com relação às tarefas e tecnologia. Para o autor, a organização reflete a influência do ambiente no qual está inserida.

Silva, Benini e Silva (2020) afirmam que alterações no ambiente sempre geraram desafios para as instituições, uma vez que vivemos em um mundo turbulento, e conforme a economia sofre mudanças, também mudam as demandas do mercado. Dessa forma, Donaldson (1998) assente que as mudanças no ambiente trazem incerteza para as organizações, e a incerteza se estabelece como a base para o conceito de contingência, haja vista que quanto mais incerta a tarefa, menos suscetível de programação serão as atividades de trabalho.

Por volta nos anos 60, o ambiente tornou-se um dos principais temas em administração (MOTTA, VASCONCELOS, 2006). Dessa forma, diversas pesquisas se direcionaram ao ambiente externo e sua relação com a eficiência dos aspectos organizacionais das instituições, os nomes que mais se destacaram na literatura são Burns e Stalker (1961), Chandler (1962), Woodward (1965) e Lawrence e Lorsh (1967).

Segundo Burns e Stalker (1961), as variáveis contingenciais se apresentam de forma útil para classificação e distinção das variáveis internas e externas à entidade, de acordo com os autores, as variáveis externas correspondem ao conjunto de estímulos ambientais que respondem às internas para se adaptar ao local.

Os autores Gordon e Narayanan (1984) consideram como modelos de variáveis contingenciais internas as que estão no âmbito da administração: a estratégia, estrutura, tecnologia, processos, o tamanho e a cultura. Entretanto, para este estudo, utilizaremos somente os conceitos das variáveis condizentes ao desempenho organizacional e ambiente externo. Ainda segundo os autores, no que diz respeito à incerteza ambiental, esta é revelada pela casualidade nas ações da população, bem como nas variações na economia, legislação, desregulamentação e em decorrência da globalização.

Sendo assim, a abordagem contingencial assegura que nem a forma de estratégia e nem o aspecto organizacional prejudicarão prontamente a execução. Em contraponto, o mais importante determinante do desempenho é o acerto contingente entre a estratégia adotada e suas variáveis contextuais (JERMIAS, GANI, 2004).

Atualmente, em virtude da pandemia de COVID-19, podemos vislumbrar diversas alterações no ambiente externo, principalmente no que diz respeito aos impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. (FIOCRUZ, 2020). Assim, ao levarmos em conta as palavras do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, a pandemia está praticamente obrigando as organizações e o governo a se adaptarem ao novo cenário imposto pela pandemia (ONU, 2020).

Dessa forma, mostra-se de elevada relevância verificar como a teoria da contingência, no campo dos estudos organizacionais, contribui para as medidas de enfrentamento à COVID-19, vez que esta se apresenta como uma relevante alteração no ambiente externo. (SILVA, BENINI, SILVA, 2020).

2.3 Estudos relacionados

Dado o contexto, foram selecionados alguns estudos relacionados para verificar a situação das pesquisas em relação aos temas propostos e posteriormente realizar a triangulação dos dados.

Pinheiro et al. (2020), que teve como objetivo averiguar como estão sendo executadas as despesas para enfrentamento da COVID-19 em 15 municípios do Estado



do Pará. Para isso, analisaram as transferências de recursos do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os municípios, bem como os portais da transparência dos mesmos. Assim, puderam verificar que a forma de compra mais utilizada pelos municípios foi a contratação direta, bem como notaram uma carência de informações disponibilizadas pelas prefeituras no que diz respeito às ações, resultados obtidos e principais elementos de despesas em que estão sendo aplicados os recursos.

Utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e de natureza descritiva e exploratória, Carqueija et al. (2021) buscaram apurar os principais impactos fiscais, orçamentários e patrimoniais no âmbito do governo federal realizados para o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Por meio disso, constataram que houve um grande impacto fiscal, contribuindo para um déficit primário de R\$ 877,8 bilhões financiado por meio do endividamento.

Com o objetivo de examinar os impactos da crise gerada pela COVID-19 nos estados brasileiros e no Distrito Federal com relação aos aspectos financeiros-orçamentários, Dotto et al. (2021) realizaram uma pesquisa quantitativa, fazendo a análise de indicadores por meio de testes de Mann-Whitney e análises horizontais. Dessa forma, verificaram que, no período inicial da crise, 55,56% dos estados aumentaram o nível de endividamento; 48,15% apresentaram redução na liquidez imediata; 96,30% mostraram reduções na arrecadação tributária e todos os entes demonstraram aumento no grau de dependência de transferências intergovernamentais.

A pesquisa descritiva e quantitativa de Santos et al. (2020) buscou descrever o direcionamento de recursos públicos empenhados no combate à COVID-19 no estado de Alagoas. Como resultado, constataram que o estado empenhou maiores recursos em assistência hospitalar e ambulatorial com R\$ 137.706.530,81 e os menores recursos foram aplicados na formação de recurso humanos, com R\$ 11.610,90, com destaque para o empenho de R\$ 1.008.047,93 para a vigilância epidemiológica.

Visando analisar a forma de controle dos gastos públicos e transparência nos gastos no combate à pandemia no estado do Piauí, Gomes, Silveira e Neto (2020), realizaram um estudo longitudinal retrospectivo de natureza quantitativa. Ao fazê-lo, observaram que os valores para o enfrentamento à pandemia foram crescentes, o que se deve à Lei nº 13.979/2020.

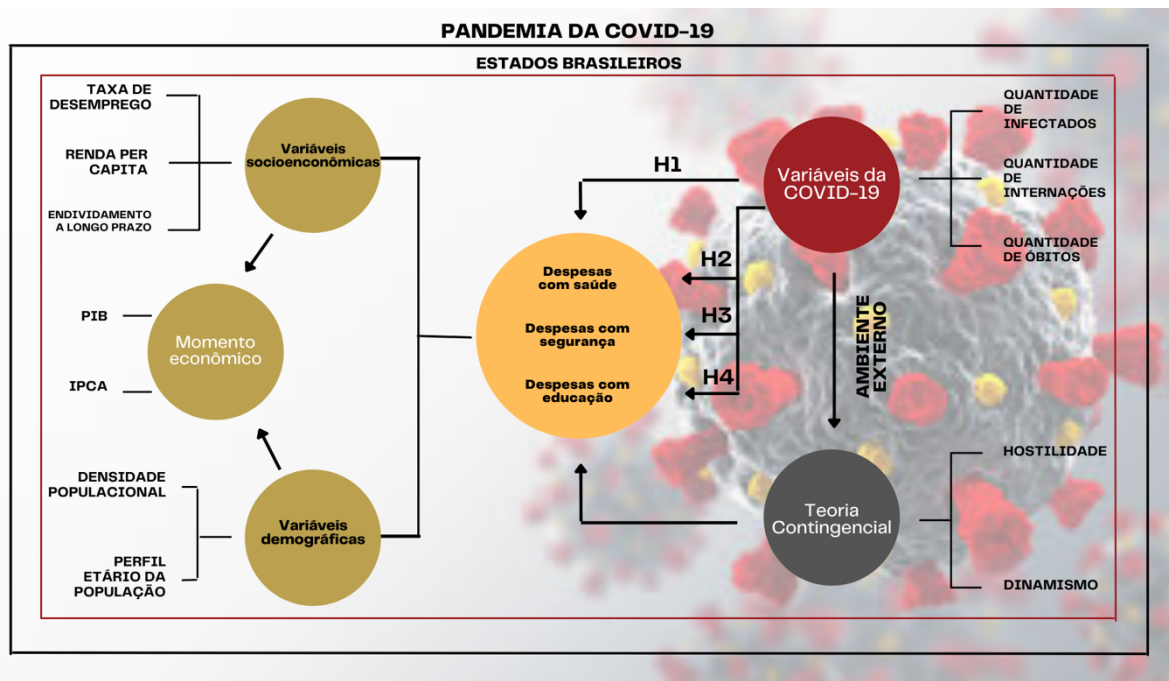
Santos et al. (2021), objetivando descrever os gastos relativos às internações para tratamento clínico de pacientes diagnosticados com COVID-19 no Sistema Único de Saúde (SUS), realizaram uma pesquisa descritiva, elaborada a partir de dados do Sistema de Informações Hospitalares sobre gastos governamentais. Através disso, verificaram que o gasto total foi superior a 2,2 bilhões de reais, sendo 85% destinados a serviços hospitalares e 15% a serviços profissionais. A região Sudeste teve o maior número de internações, maior valor total gasto, maior média de permanência em dias e maior taxa de letalidade, ao passo que a região Sul registrou maior porcentagem de gastos com hospitais sem fins lucrativos (58%) e hospitais empresariais (15%).

Dessa forma, percebe-se a necessidade da observância quantitativa do impacto dos gastos públicos no combate à pandemia nos estados brasileiros, uma vez que os estudos realizados anteriormente acerca do tema estudaram amostras limitadas, além de realizarem, em sua maioria, pesquisas qualitativas, sem a comparação dos gastos em medidas de combate à COVID-19 com os gastos anteriores ao período pandêmico.

2.4 Modelo conceitual e hipóteses da pesquisa

A Figura 1 trata-se de um modelo conceitual elaborado a partir dos dados expostos no referencial teórico, e tem como objetivo demonstrar as relações existentes entre a Teoria da Contingência, gastos públicos e a pandemia da COVID-19.

Figura 1: Modelo conceitual



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Com base no modelo conceitual, e tendo em vista as relações teóricas entre os constructos desta pesquisa, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

H_1 = Os gastos públicos, em geral, foram impactados pela contingência criada pela pandemia da COVID-19.

H_2 = A pandemia da COVID-19 influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos com saúde.

H_3 = A pandemia da COVID-19 influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos com segurança.

H_4 = A pandemia da COVID-19 influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos com educação.

3. METODOLOGIA

Para avaliar os impactos dos gastos públicos nos estados brasileiros durante a pandemia da COVID-19, esta pesquisa, pela natureza da amostra estudada, caracteriza-se como descritiva no que tange aos objetivos. O estudo foi realizado de maneira a reunir e mensurar as informações apenas com o intuito de apresentá-las e descrevê-las (VERGARA, 2016; SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

No que diz respeito às estratégias de pesquisa, o presente trabalho classifica-se como uma pesquisa documental, visto que se analisou todos os relatórios de gestão e as demonstrações contábeis publicadas no website dos Estados investigados em busca das informações dos gastos públicos antes e durante a pandemia da COVID-19.

A abordagem da questão de pesquisa deste trabalho é quantitativa, pois utilizou-se de estatística descritiva, correlação, regressões e modelos econométricos para analisar

os dados da pesquisa. Esta pesquisa propõe-se a analisar os gastos públicos direcionados aos dispêndios e suas subcategorias no enfrentamento à pandemia de COVID-19, tal método encontra-se precedentes na literatura, como na pesquisa realizada por Santos et al. (2020).

Para realizar o levantamento dos dados, foram realizadas pesquisas nos portais de transparência e nas Secretarias de Estado da Saúde dos 26 estados e do Distrito Federal, no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no site do Tesouro Nacional a partir do dia 28 de março de 2022 até o dia 01 de maio de 2022. Utilizando filtros de buscas, esta pesquisa preconizou a coleta dos valores gastos em dispêndios nos anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, com vistas a determinar a diferença no montante dos gastos públicos nos anos anteriores e durante a pandemia da COVID-19, além de os relacionar com os conceitos e variáveis da Teoria da Contingência.

Ademais, a análise dos dados ocorreu em duas etapas: a primeira aplicou-se a estatística descritiva nas variáveis, enquanto na segunda foi feito o teste de Regressão Linear Múltipla através do *software Stata*, um programa de estatística utilizado para a análise econométrica.

Os resultados encontrados foram registrados, tratados e ilustrados através de planilhas e figuras (gráficos) do aplicativo *Microsoft Excel*, que dispõe de ferramentas que possibilitam uma melhor análise e comparação dos valores coletados (SANTOS et al., 2020). Nesta análise, foi verificada a relação dos gastos públicos com a Teoria da Contingência, e foram analisadas as variáveis decorrentes da pandemia de COVID-19 e a forma como estas também se apresentam como variáveis contingências externas ao governo (GOVINDARAJAN, 1984).

3.1 As variáveis da pesquisa e os modelos econométricos

O quadro 1 elenca as variáveis abordadas na presente pesquisa e no modelo conceitual. Este foi elaborado a partir de conceitos contidos na literatura relativos à COVID-19 e dos gastos públicos. Assim, pode-se examinar a seguinte disposição:

Quadro 1 - Variáveis da pesquisa

Variáveis (1a. ordem)	Subvariáveis (2a. Ordem)	Operacionalização das subvariáveis (3a. Ordem)	Autores
COVID19	Pandemia (PND)	Variável <i>dummy</i> que assume 1 para os dados referente ao período de pandemia e 0 caso contrário.	Hoque (2004); Gordon e Narayanan (1984); Govindarajan (1984); Ezzamel (1990).
	Gestão de Crises	Número de infectados por COVID-19 (NINF)	
		Número de internações por COVID-19 (NINT)	
		Número de óbitos por COVID-19 (NOBI)	
	Momento Econômico	Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	
		Produto Interno Bruto (PIB)	
Gastos Públicos	Fatores Socioeconômicos	Renda per capita (RPC)	Fabricant (1952); Birdsall (2005); Painter, Bae (2001).
		Endividamento a longo prazo (DLP)	
		Taxa de desemprego (TD)	
		Despesa Total (Desp. Total)	
		Despesa com Saúde (Desp. Saúde)	
		Despesa com Segurança (Desp. Segurança)	
		Despesa com Educação (Desp. Educação)	
		Densidade populacional (POP)	

	Fatores Demográficos	Perfil etário da população*	Rodrigues (2010); Verbina, Chowdhury (2004); Burchell, Mukherji (2003); Carruthers, Ulfarsson (2003); Mendes, Sousa (2006).
		Período Eleitoral*	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O quadro 1 foi estruturado de acordo com problemáticas previamente detalhadas no referencial teórico. As variáveis expostas neste serão elementos fundamentais para o tratamento dos dados coletados e, posteriormente, para análise dos resultados deste estudo. Para tal, serão consideradas como variáveis dependentes as seguintes variáveis: Despesas com saúde, Despesas com segurança pública e Despesas com Educação. No tangente às variáveis independentes, temos: Número de infectados; Número de internações; Número de óbitos; Densidade populacional; Produto Interno Bruto (PIB); Renda per capita; Taxa de desemprego; Endividamento a longo prazo; Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Ademais, a análise dos dados ocorreu em duas etapas: a primeira aplicou-se a estatística descritiva nas variáveis, enquanto na segunda foi feito o teste de Regressão Linear Múltipla através do *software Stata*, um programa de estatística utilizado para a análise econométrica, que foi utilizado para testar a influência das variáveis independentes em relação às variáveis dependentes.

Para realizar a Regressão Linear Múltipla foram concebidos quatro modelos econométricos, possuindo as variáveis independentes PND; NINF; NINT; NOBI; POP; PIB; RPC; TD; DLP; INPC como preditoras se repetindo em todos. As variáveis dependentes, por sua vez, são: Desp. Total; Desp. Saúde; Desp Segurança; Desp. Educação. Sendo assim, os modelos econométricos são expostos a seguir:

Modelo 1

$$Desp. Total = \beta_0 + \beta_1 PND_{it} + \beta_2 NINF_{it} + \beta_3 NINT_{it} + \beta_4 NOBI_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 PIB_{it} + \beta_7 RPC_{it} + \beta_8 TD_{it} + \beta_9 DLP_{it} + \beta_{10} INPC_{it} + \mu_{it}$$

Modelo 2

$$Desp. Saúde = \beta_0 + \beta_1 PND_{it} + \beta_2 NINF_{it} + \beta_3 NINT_{it} + \beta_4 NOBI_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 PIB_{it} + \beta_7 RPC_{it} + \beta_8 TD_{it} + \beta_9 DLP_{it} + \beta_{10} INPC_{it} + \mu_{it}$$

Modelo 3

$$Desp. Segurança = \beta_0 + \beta_1 PND_{it} + \beta_2 NINF_{it} + \beta_3 NINT_{it} + \beta_4 NOBI_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 PIB_{it} + \beta_7 RPC_{it} + \beta_8 TD_{it} + \beta_9 DLP_{it} + \beta_{10} INPC_{it} + \mu_{it}$$

Modelo 4

$$Desp. Educação = \beta_0 + \beta_1 PND_{it} + \beta_2 NINF_{it} + \beta_3 NINT_{it} + \beta_4 NOBI_{it} + \beta_5 POP_{it} + \beta_6 PIB_{it} + \beta_7 RPC_{it} + \beta_8 TD_{it} + \beta_9 DLP_{it} + \beta_{10} INPC_{it} + \mu_{it}$$

Dado o exposto, os resultados encontrados foram registrados, tratados e ilustrados através de planilhas e figuras (gráficos) do aplicativo *Microsoft Excel*, que dispõe de ferramentas que possibilitam uma melhor análise e comparação dos valores coletados (SANTOS et al., 2020). Nesta análise, foi verificada a relação dos gastos públicos com a Teoria da Contingência, e foram analisadas as variáveis decorrentes da pandemia de COVID-19 e a forma como estas também se apresentam como variáveis contingências externas ao governo (GOVINDARAJAN, 1984).

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A fim de sanar os questionamentos levantados neste estudo, a presente seção dedica-se a apresentar as análises descritivas dos valores dos gastos públicos nos estados brasileiros no período antecedente à pandemia da COVID-19, mais especificamente nos anos de 2018 e 2019, em confronto com os gastos públicos realizados no período pandêmico, ou seja, nos anos de 2020 e 2021. Em seguida, serão examinadas as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos utilizando-se de modelos econométricos testados na Regressão Linear Múltipla.

4.1 Análise descritiva dos gastos públicos nos estados brasileiros

Para realizar a análise descritiva, foram utilizados os valores dos gastos públicos com saúde, educação e segurança pública realizados nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. Os valores foram dispostos de forma a separar os gastos públicos realizados no período anterior à pandemia da COVID-19 dos realizados durante a mesma. Dito isso, a Tabela 1 expõe a estatística descritiva da despesa total.

Tabela 1 – Despesa total

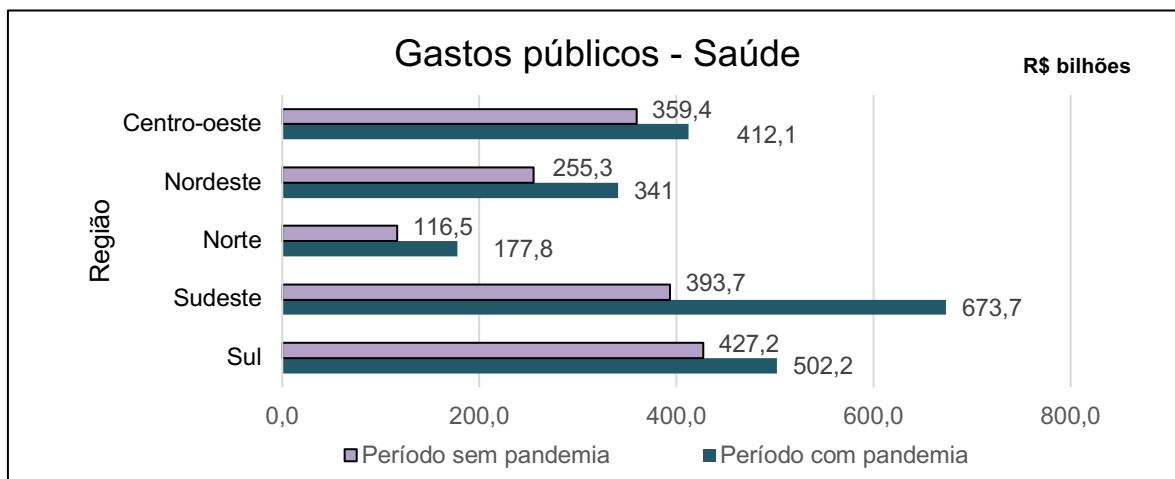
Período de Pandemia		Região				
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
Não	Média	5.030e+09	2.420e+09	4.700e+08	3.220e+09	1.580e+09
	Mínimo	4.290e+08	4.800e+07	1.210e+07	2.960e+08	5.040e+08
	Máximo	3.050e+10	1.410e+10	2.100e+09	1.140e+10	5.240e+09
	Desvio Padrão	7.500e+09	3.250e+09	3.400e+08	2.830e+09	9.960e+08
	Mediana	9.510e+08	8.380e+08	2.990e+08	2.180e+09	1.490e+09
Sim	Média	6.180e+09	2.700e+09	5.810e+08	3.630e+09	1.560e+09
	Mínimo	5.200e+08	5.370e+07	6.040e+07	3.440e+08	4.880e+08
	Máximo	3.410e+10	1.450e+10	2.440e+09	1.670e+10	3.370e+09
	Desvio Padrão	9.510e+09	3.570e+09	4.080e+08	3.220e+09	5.840e+08
	Mediana	1.050e+09	1.020e+09	3.690e+08	2.440e+09	1.590e+09

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Verifique na Tabela 1 que é possível constatar a diferença acentuada entre os montantes de gastos públicos das diferentes regiões do país. Os dados não apresentam distribuição normal, logo, diante da disparidade constatada, e em semelhança ao realizado no estudo de Lima (2022), a presente pesquisa utilizará a mediana como medida de posição estatística para a melhor visualização das variações dos gastos públicos. Sendo assim, serão apresentadas figuras que expõe o comparativo das medianas dos gastos públicos segregados por regiões brasileiras, no período anterior e durante a pandemia no Brasil.

Primeiramente, foi elaborada a Figura 2, para analisar os gastos públicos com saúde, divididos pelas regiões brasileiras.

Figura 2 – Gastos públicos com saúde



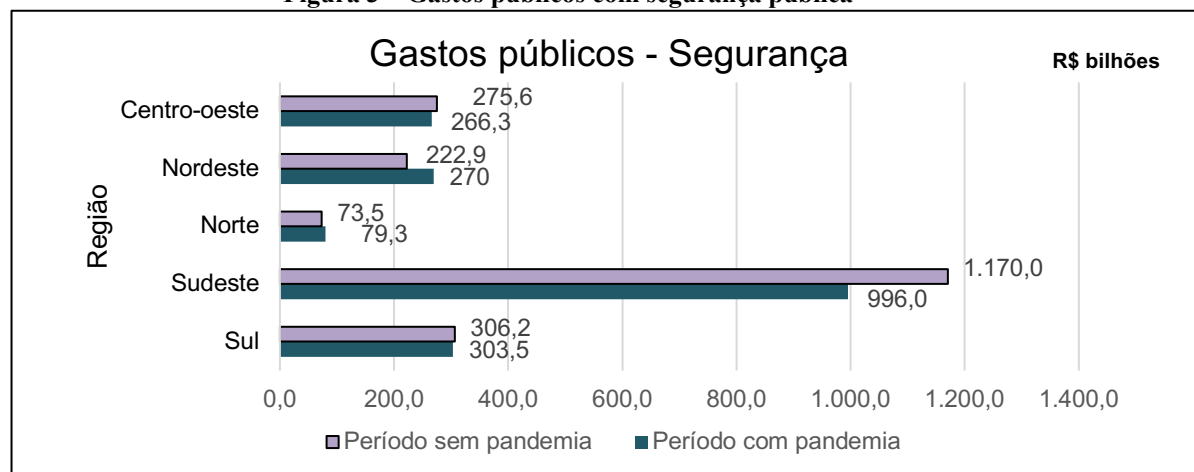
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se na Figura 2 que, durante a pandemia da COVID-19, ocorreu um aumento nos gastos com saúde em todos os estados da federação, fato que também havia sido constatado na pesquisa de Gomes, Silveira e Neto (2020). Percebe-se que o aumento foi maior nas regiões Sudeste, que cresceu em R\$ 280 bilhões (71,12%), na região Norte, com o aumento de 61,3 bilhões (52,62%), e na região Nordeste, teve crescimento de R\$ 85,7 bilhões (33,57%). Estes achados são compatíveis, em parte, com os provenientes da pesquisa de Santos et al. (2021), que identificaram que a região Sudeste teve o maior número de internações, maior valor total gasto, maior média de permanência em dias de internação e maior taxa de letalidade em decorrência da pandemia de COVID-19 no Brasil.

Assim, vislumbrando os dados encontrados sob a ótica da teoria da contingência, verifica-se que a resposta dos governos brasileiros às incertezas ambientais, para se adaptar-se rapidamente à realidade pandêmica, foi o aumento dos gastos com saúde, gerando impacto aos cofres públicos.

Dando seguimento à análise dos gastos públicos, apresenta-se a Figura 4, que dispõe dos dados referentes aos dispêndios dos estados com segurança pública.

Figura 3 – Gastos públicos com segurança pública



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

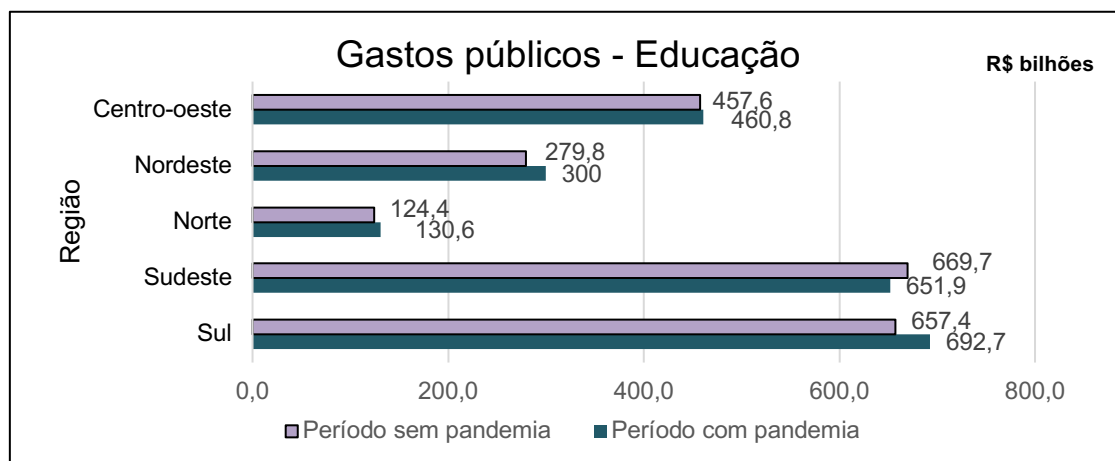
Através da análise da Figura 3, constata-se que a maioria das regiões mantiveram um equilíbrio nos gastos com segurança pública no período estudado, havendo diferenças pouco significativas entre o período antecedente à pandemia e o período pandêmico, com exceção apenas das regiões Nordeste, que teve um crescimento de R\$ 47,1 bilhões (21,13%) e Sudeste que teve um gasto de R\$ 174 bilhões (14,87%) a menos quando comparado ao período anterior à pandemia de COVID-19.

Esses valores se apresentam de forma relevante, uma vez que, segundo pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência (2020), durante o período da pandemia da COVID-19, as taxas de crime contra o patrimônio diminuíram, enquanto as de violência doméstica aumentaram, assim como houve crescimento no número de assassinatos.

No que remete à Teoria Contingencial, observa-se que, apesar das contingências geradas a partir da pandemia de COVID-19, não houve mudanças significativas no padrão dos gastos públicos com segurança pública. Diante disso, verifica-se que, diferentemente do ocorrido no âmbito da saúde, houve uma adaptação dos governos com os gastos com segurança ao ambiente em relação às contingências.

Dessa forma, urge a necessidade de verificar o linear dos gastos com educação no período estudado, portanto foi elaborada a Figura 5, ilustrada a seguir.

Figura 4 – Gastos públicos com educação



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se na Figura 4 que, a maioria dos estados mantiveram certo equilíbrio nos gastos públicos relacionados à educação, sem apresentar grandes aumentos, ao contrário do que foi visto nos gastos com saúde, porém, temos a região Nordeste em destaque como a região que teve maior variação nos gastos em percentual, correspondente ao aumento de R\$ 20,2 bilhões (7,2%), e a região Centro-Oeste que, por sua vez, possui destaque como a região que teve menor variação nos gastos com educação, com o aumento de apenas R\$ 3,2 bilhões (0,7%).

Quanto às demais regiões, apresentaram as seguintes variações: a região Norte teve o aumento de R\$ 6,2 bilhões (4,9%); Sul teve o crescimento de R\$ 35,3 bilhões (5,4%); A região Sudeste apresentou diminuição correspondente a R\$ 17,8 bilhões (2,6%). Estes dados apresentam discrepância com os encontrados na pesquisa de Gomes, Silveira e Neto (2020), que observaram que os valores para o enfrentamento à pandemia foram crescentes.

Segundo Balthazar (2022), o crescimento nos gastos públicos com educação ocorreu, principalmente, no ano de 2021, quando as escolas estavam preparando-se para o retorno nas aulas na modalidade presencial. Ademais, de acordo com Peres (2022) “Os governos estaduais fizeram um grande esforço nos últimos meses do ano de 2021, a despeito da ausência de qualquer tipo de coordenação a nível federal das ações necessárias para a reabertura das escolas”.

Assim, ao finalizarmos as análises descritivas dos dados da pesquisa, verificamos que a região que mais se mostrou em evidência quanto à variação dos gastos públicos no enfrentamento à COVID-19 foi a região Sudeste, principalmente no tangente aos gastos públicos com saúde, fato que possivelmente pode-se explicar devido à alta densidade populacional que há nos estados dessa região.

4.2 Análise de Regressão Linear Múltipla

Buscando examinar as influências causadas pela pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros, foram elaborados quatro modelos econométricos que foram verificados na Regressão Linear Múltipla, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2 - Regressão Linear Múltipla

	(1)	(2)	(3)	(4)
	Desp. Total	Desp. Saúde	Desp. Segurança	Desp. Educação
Pandemia	340720551.1 (277274622.7)	435167548.2*** (153283085.4)	-13842480.1 (23345865.4)	-75029097.3 (137584889.0)
Ninfectados	-3084.7 (8805.3)	-3934.5 (4872.6)	2353.9** (742.2)	-1491.2 (4371.8)
Ninternados	-11284.9 (18107.4)	-2668.7 (10019.8)	-1500.3 (1526.3)	-7208.0 (8990.1)
Nobitos	81589.1 (235588.8)	98954.9 (130370.7)	-83428.9*** (19858.5)	65950.1 (116972.0)
População	53.02 (37.55)	25.50 (20.75)	28.19** (3.164)	-1.338 (18.62)
Pib	-0.00648 (0.0114)	-0.00733 (0.00631)	-0.00508*** (0.000962)	0.00606 (0.00566)
Renda Per Capita	870425.2** (380411.4)	863650.7*** (210455.8)	82633.4** (32062.8)	-72595.9 (188826.4)
Taxa de Desemprego	-133825857.5*** (48178967.3)	-55702251.4** (26396215.9)	-9312973.9** (4020594.3)	-68569890.8*** (23920508.7)
Dívida de LP	0.0854* (0.0496)	0.00626 (0.0274)	0.0503*** (0.00418)	0.0291 (0.0246)
INPC	445818968.0 (295768795.3)	187722503.3 (163668167.7)	59406499.9** (24930464.4)	199214222.3 (146847487.5)
_cons	746112190.6 (501190131.4)	-313894270.2 (277136467.7)	44326795.3 (42213167.1)	1.00710e+09*** (248658171.3)
Observações	1288	1291	1291	1290
R2 Ajustado	0.046	0.023	0.515	0.030
Estatística F	7.207	4.071	138.028	4.942
P-value	0,000	0,000	0,000	0,000

Legenda: *Standard errors* (erro padrão) entre parênteses. Significâncias: (*p < 0.05, **p < 0.01, ***p < 0.001); Desp. Total = Despesa total; Desp. Saúde = Despesas com saúde; Desp. Segurança = Despesas com

segurança pública; Desp. Educação = Despesas com educação; Ninfectedos = número de infectados; Ninternados = número de internados; Nobitos = Número de óbitos; PIB = Produto Interno Bruto; Dívida de LP = Endividamento à longo prazo; INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O teste de Regressão Linear Múltipla possibilitou evidenciar que a variável Pandemia apresentou significância positiva em relação às Despesas com saúde ($***p < 0.001$), o que significa dizer que a pandemia da COVID-19 influenciou positivamente nos gastos públicos destinados à saúde.

Assim, durante o período pandêmico o total dos gastos com saúde cresceram, fato que possivelmente pode ser explicado por se tratar de uma pandemia atípica, ou seja, uma crise sanitária ocorrida mundialmente, que ao longo de sua duração extenuou os recursos da rede de saúde pública devido ao alto número de pessoas necessitando de cuidados e recursos médicos, além do fato de que, segundo Santos et al. (2021), as internações para pacientes infectados com COVID-19 foram mais onerosas se comparadas àquelas para tratamento de insuficiência renal aguda, pneumonias ou influenza.

Em relação as demais variáveis, observa-se que a variável Número de Infectados (Ninfectedos) apresentou significância positiva ($***p < 0.001$) nos gastos públicos com segurança pública (Desp. Segurança), ou seja, isso significa que o número de infectados influenciou nos gastos com segurança, logo os gastos públicos com segurança aumentam. Já a variável Número de Óbitos (Nobitos) teve significância negativa em relação a esse tipo de gasto, em síntese, quanto maior foi o número de infectados, maiores foram os valores gastos em despesas com segurança pública, e quanto maior a quantidade de óbitos, menores são os gastos empregados nessa função, o que encontra explicação no fato de que o aumento no número de infectados demanda maior atuação das forças de segurança pública na execução das ações de combate à disseminação do vírus e, à medida que o número de óbitos aumenta, a demanda em questão se atenua pela diminuição na população.

Sob o mesmo ponto de vista, nota-se que a variável População teve significância positiva sobre a variável Despesas com Segurança ($***p < 0.001$), ou seja, quanto maior a população de um estado, maior são os seus gastos com segurança pública durante o período pandêmico, uma vez que estados com uma alta densidade populacional são mais propensos à rápida disseminação do vírus. Dessa forma, assim como visto na análise da significância da variável Número de Infectados, o aumento nos gastos com segurança ocorre em virtude da execução das ações de combate à disseminação do vírus realizadas pelas forças de segurança pública.

No que diz respeito à variável Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que esta possui influência negativa na variável Despesa com Segurança, portanto, quanto maior o PIB, menores são os gastos com segurança pública. Tal fenômeno foi preconizado na pesquisa de Nakabashi et. al. (2020), que verificou que os municípios com o maior desempenho econômico possuem as menores taxas de criminalidade.

Através do teste de Regressão Linear Múltipla, pode-se verificar que as variáveis Despesa Total ($**p < 0.01$), Despesa com Saúde ($***p < 0.001$) e Despesa com Segurança ($**p < 0.01$) apresentaram significância positiva em relação à variável Renda Per Capita, portanto, quanto mais alta a renda per capita de um estado, maiores são os gastos com as despesas retro mencionadas. Essa influência ocorre possivelmente em virtude de que os estados com maiores rendas per capita também são os estados mais populosos, resultando, portanto, em gastos mais elevados no período da pandemia da COVID-19.



Quanto à variável Taxa de Desemprego, esta teve influência negativa em relação às variáveis Despesa Total (**p < 0.001), Despesa com Saúde (**p < 0.01), Despesa com Segurança (**p < 0.01) e Despesa com Educação (**p < 0.001). Dessa forma, quanto maior for a taxa de desemprego de um estado, menores são os gastos com as variáveis dependentes, fato que ocorre, pois a taxa de desemprego elevada também tem relação com uma alta densidade populacional, o que, por sua vez, repercute em valores maiores de gastos públicos.

No tangente à variável Endividamento à Longo Prazo (Dívida de LP), o teste permitiu verificar que houve significância positiva entre esta e as variáveis Despesa Total e Despesa com Segurança, vez que quanto maiores os gastos totais, maior será o endividamento dos estados brasileiros no período durante a pandemia da COVID-19, especialmente em decorrência do estado de calamidade pública determinado por força do Decreto Legislativo nº 06/2020, e da abertura de bilhões de reais em créditos extraordinários visando sanar as contingências geradas pela pandemia, créditos estes que não estão submetidos ao teto dos gastos públicos previstos no Art. 107 da Emenda Constitucional nº 95/2016, ou seja, a partir disso o governo fica autorizado a gastar mais do que arrecada, o que resulta no aumento da dívida pública.

Assim, também foi possível verificar que a variável Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou significância positiva em relação à variável Despesa com Segurança. Sendo assim, quanto maior estiver o INPC, maior serão os gastos com segurança pública, fato que ocorre em virtude da inquietação gerada na população quando o índice em questão está elevado, fazendo-se necessária a tomada de medidas relativas à segurança pública, como por exemplo a realização de fiscalização em supermercados visando a manutenção das boas relação de consumo entre o consumidor e o supermercadista. Atualmente, em virtude das contingências geradas pela pandemia, o índice encontra-se elevado e influenciando diretamente os gastos com segurança pública.

Analisando os resultados do R² ajustado, verifica-se que o modelo com o melhor resultado de correlação entre variáveis foi o modelo três, explicado em 51% (R² = 0.515). A variável Despesas com Segurança foi influenciada por oito das dez variáveis independentes. No que diz respeito à variável com o menor percentual de correlação, temos a Despesas com Saúde, em 2,3% (R² = 0.023), que demonstrou obter influência significativa apenas das variáveis Pandemia, Renda per capita e Taxa de desemprego. Acerca da Estatística F, nota-se que o resultado é significativo em relação a todos os modelos propostos (p < 0.000).

Tendo em vista os aspectos observados, verifica-se que, de forma abrangente, a pandemia impactou os gastos públicos de forma a provocar alterações no volume dos mesmos quando comparados aos anos antecedentes à pandemia, ocorrendo de forma diferenciada nas diversas regiões do país, mas com maior influência nas regiões do país que são mais densamente povoadas. Assim, diante dos resultados encontrados, a presente pesquisa corrobora com as demais existentes acerca do impacto da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos nos estados e municípios brasileiros, como as de Santos et al. (2021); Gomes, Silveira e Neto (2020); Dotto et al. (2021); Carqueija et al. (2021); Pinheiro et al. (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 resultou em diversas contingências aos governos dos estados brasileiros que, por sua vez, demonstraram uma constante busca por adaptação



diante do cenário pandêmico, conforme preconizado pela Teoria Contingencial. À luz dos resultados obtidos neste estudo, foi possível identificar quais as variáveis independentes que mais influenciaram nos gastos públicos com as funções saúde, segurança pública e educação, além de examinar o desempenho das diferentes regiões do país no período anterior e durante a pandemia.

Dado o exposto, o objetivo desta pesquisa foi analisar os impactos e as influências da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros à luz da Teoria da Contingência, o que foi realizado através da correlação entre as variáveis independentes como pandemia; número de infectados (Ninfectados); número de internações (Ninternados); número de óbitos (Nobitos); população; Produto Interno Bruto (PIB); renda per capita; taxa de desemprego; endividamento a longo prazo (Dívida a LP); Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com as demais variáveis dependentes concernentes aos gastos públicos dos estados brasileiros.

Considerando a análise das medianas dos gastos públicos nos períodos antecedentes e durante a pandemia da COVID-19, os resultados se diferenciam entre as regiões do país, com destaque para as regiões Nordeste, que apresentou crescimento nos três tipos de despesa estudados, e Sudeste que demonstrou variações consideráveis entre os dois tipos de período estudados, seja para crescimento ou diminuição dos gastos.

A partir da análise descritivas dos resultados, no geral, foi possível constatar que a pandemia impactou os gastos públicos dos estados brasileiros de forma considerável, principalmente no que diz respeito aos gastos com saúde e segurança. Sendo assim, pode-se aceitar a H_1 (Os gastos públicos, em geral, foram impactados pela contingência criada pela da pandemia da COVID-19).

Tendo em vista os resultados obtidos a partir da análise da Regressão Linear Múltipla, constatamos, que a pandemia da COVID-19 influenciou o aumento dos gastos públicos com a saúde, dos estados brasileiros, uma vez que a maior parte dos estados teve grande aumento no montante que foi gasto, quando comparado ao período anterior à pandemia. Logo, pode-se aceitar a H_2 (A pandemia da COVID-19 influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos com saúde).

Em relação aos gastos com segurança pública que, por sua vez, foi a variável dependente que mais foi influenciada tanto negativamente, quanto positivamente pelas variáveis independentes, porém, conforme o coeficiente de regressão, foi constatado que a pandemia da COVID-19 não influenciou o aumento dos gastos com segurança. Portanto, a H_3 (A pandemia da COVID-19 influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos com segurança) foi rejeitada. Cabe destacar que, por mais que a pandemia não tenha influenciado diretamente os gastos com segurança, constatou-se que, em específico, o número de infectados, influenciou positivamente o aumento dos gastos com segurança, ou seja, aparentemente quanto mais infectados pela COVID-19, mas o Estado necessitava dos serviços de segurança pública para dar suporte a população, e, por isso, surgiu essa correlação com o aumento dos gastos com segurança.

No que se refere aos gastos com educação, foi evidenciado pelo teste de regressão que a pandemia da COVID-19 não influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos. Significando que a H_4 (A pandemia da COVID-19 influenciou positivamente o aumento dos gastos públicos com educação) foi rejeitada.

Diante dos dados apresentados, constata-se que a presente pesquisa atingiu o objetivo aventado. Além disso, a pesquisa contribuiu para a sociedade pela questão da evidência dos gastos públicos estaduais. Ademais, a pesquisa conseguiu atender a

lacuna existente de relacionar, os gastos públicos com a COVID-19 e a teoria da contingência. Entretanto, a pesquisa possui limitações relacionadas às amostras das variáveis utilizadas, bem como ao período estudado. Ao longo da realização deste estudo, foram encontradas dificuldades relacionadas à coleta de dados nos portais da transparência dos estados brasileiros, uma vez que alguns possuem poucas ferramentas que possibilitem uma pesquisa abrangente e tempestiva.

Para estudos futuros, sugere-se que a amostra seja ampliada através da inclusão de novas variáveis que auxiliem na evidencição dos impactos da pandemia da COVID-19 nos gastos públicos dos estados brasileiros, como por exemplo, os gastos públicos com seguridade social, Perfil etário da população e Partidos Políticos. Sugere-se, ainda, que seja aventado os motivos pelos quais houve crescimento nos gastos com educação em alguns estados no período pandêmico, uma vez que as aulas não estavam sendo realizadas na modalidade presencial. Por fim, insta sugerir a aplicação dos modelos utilizados no presente estudo para outros países ou nas demais regiões do mundo.

REFERÊNCIAS

- AMAZONAS (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.transparencia.am.gov.br/balanco-geral/>>
- ALAGOAS (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.sefaz.al.gov.br/legislacao/40-financas/gestao-financeira-orcamentaria/131-balanco-geral-do-estado>>
- AMAPÁ (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://sigdoc.ap.gov.br/public/verPasta.jsf?token=65e248e345325368f9f73dc84862f4c1>>
- ACRE (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=9221>>
- BAHIA (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.transparencia.ba.gov.br/PrestacaoConta>>
- BALTHAZAR, R. (2022). Estudos elevam gasto com educação a patamar superior ao de antes da pandemia. Folha de São Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/03/estados-elevam-gasto-com-educacao-a-patamar-superior-ao-de-antes-da-pandemia.shtml>>
- BARRETO, M. L. et al. (2020) O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil? Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, p. 1-4,.
- BRASIL (2021). O que é a COVID-19? Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>
- BRASIL (2020). Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>
- BRASIL (2020). Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>
- BRASIL (2020). Medida Provisória nº 924, de 13 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-924-de-13-de-marco-de-2020-247887516>>



BRASIL (1964). Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>

BRASIL (2016). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>

CARQUEIJA et. al (2020). Principais Impactos dos Gastos Públicos com o enfrentamento à pandemia: Uma análise prévia dos Aspectos Contábeis e do Cenário Econômico do Brasil, Revista Horizontes Interdisciplinares da Gestão, v. 5, n. 1, p. 18-41.

CEARÁ (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <https://ceartransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/paginas/balanco-geral-do-estado?__=__>

CHENHALL R. H. ((2003). Management control systems design within its organizacional context: findings from contingency-based research and direccions for the future. Accounting, Organizacions and Society, v. 28, p. 127-168,.

CONORF (2020). Painel Cidadão sobre o Orçamento da União – 40 MPs e 673 bilhões. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>>

CONTI, T. V. (2020). Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), v. 1, p. 1-78,.

DISTRITO FEDERAL (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <[https://www.economia.df.gov.br/prestacao-de-contas-anual-do-governador/#:~:text=O%20Balan%C3%A7o%20Geral%20do%20Governo,administra%C3%A7%C3%B5es%20regionais%20e%20%C3%B3rg%C3%A3os%20aut%C3%B4nomos\)%2C](https://www.economia.df.gov.br/prestacao-de-contas-anual-do-governador/#:~:text=O%20Balan%C3%A7o%20Geral%20do%20Governo,administra%C3%A7%C3%B5es%20regionais%20e%20%C3%B3rg%C3%A3os%20aut%C3%B4nomos)%2C)>

DONALDSON, L. (1998). Teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C. NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. vol. 1. São Paulo: Atlas,.

DOTTO et. al. (2021). Os impactos financeiros-orçamentários iniciais da crise da Covid-19 nos estados brasileiros e Distrito Federal, Revista de Tecnologia Aplicada, v. 10, n. 2, p. 36-50,.

ESPÍRITO SANTO (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://transparencia.es.gov.br/Despesa>>.

FILHO, S. S. L., MARTINS, G. D.; PEIXE, B. C. S. (2021). Compras públicas para enfrentamento da Covid-19, uma análise sob a lente da teoria contingencial, Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 18, n. 48, p. 40-55.

FIOCRUZ (2021). Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>

FISHER, G. W., Interstate variation in state and local government expenditure. National Tax Journal, v. 17, n. 1, p. 57-74.

GADELHA, S. R. B. (2017). Introdução ao Estudo da Economia do Setor Público. 1. ed. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública.

GOIÁS, 2022. Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://scgi.economia.go.gov.br/scgi#!/6>>

GOMES, H. M. S.; SILVEIRA, I. P.; NETO, E. D. C. (2020). Estudo dos Gastos Públicos no Combate à Pandemia no Estado do Piauí, In: XX Congresso Internacional de Contabilidade da USP, 2020, São Paulo. Anais, São Paulo: USP.



- GORDON, L. A.; NARAYANAN, V. K. (1984). Management accounting systems, perceived environmental uncertainty and organization structure: an empirical investigation. *Accounting, Organizations and Society*, v. 9, n. 1, p. 33-47.
- GOVINDARAJAN, V. (1984). Appropriateness of accounting data in performance evaluation: na empirical examination of environmental uncertainty as an intervening variable. *Accounting, Organizations and Society*, v. 9, n. 2, p. 125-135.
- JERMIAS, J. GANI, L. (2004). Integrating business strategy, organizational configurations and management accounting systems with business unit effectiveness: a fitness landscape approach. *Management Accounting Research*, v. 15, p. 179-200.
- KNELLER, R.; BLEANEY, M.; GEMMELL, N. (1999). Fiscal policy and growth: evidence from OECD countries, *EconPapers Journal*, v. 74, n. 2, p. 171-190.
- LAWRENCE, P. R.; LORSCH, J. W. (1967). *Organization and environment: managing differentiation and integration*. 3. ed. Irwin, RD: Homewood.
- MARANHÃO (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.transparencia.ma.gov.br/app/despesas/por-funcao#lista>>
- MATO GROSSO DO SUL (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.transparencia.ms.gov.br/#/Despesa>>
- MINAS GERAIS (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://www.transparencia.mg.gov.br/despesa-estado/despesa/despesa-funcoes/2021/01-10-2021/31-10-2021/0>>
- MOLINARI, S. K. R.; GUERREIRO, R. (2004). Teoria da contingência e contabilidade gerencial: um estudo de caso sobre o processo de mudança na controladoria do Banco do Brasil. In: CONGRESSO USP, v. 4, 2004, São Paulo. Anais, São Paulo: USP.
- MORAIS et al. (2018). Determinantes dos Gastos Públicos dos Municípios Brasileiros, In: XVIII Congresso Internacional de Contabilidade da USP, 2018, São Paulo. Anais, São Paulo: USP.
- NAKABASHI, L.; GREMAUD, A.; MENEGATTI, A.; SCARABOTO, N. (2020). Boletim de Segurança Pública – USP Municípios. Ribeirão Preto, v. 01.
- NUCLEO DE ESTUDOS DA VIOLENCIA (2020). Qual o impacto da pandemia nos índices de criminalidade. Disponível em: <<https://nev.prp.usp.br/imprensa/qual-o-impacto-da-pandemia-nos-indices-de-criminalidade/>>
- OLIVEIRA, F. A. (2020). O Estado, a política fiscal e a dívida pública na crise do corona vírus. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/o-estado-a-politica-fiscal-e-a-divida-publica-na-crise-do-coronavirus/>>
- OLIVEIRA, W. K.; DUARTE, E.; FRANÇA, G. V. A.; GARCIA, L. P. (2020). Como o Brasil pode deter a COVID-19, *Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, n. 02, p. 1-8.
- ONU (2020). António Guterres: "Devemos declarar guerra a esse vírus". Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707371>>.
- PARAÍBA (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://transparencia.pb.gov.br/despesas/despesa-orcamentaria>>
- PARANÁ (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/despesas/consultalivre/listar?windowId=ec6>>
- PERNAMBUCO (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://web.transparencia.pe.gov.br/ckan/dataset/balancos-gerais-do-estado>>
- PERROW, C. (1972). *Análise organizacional: um enfoque sociológico*. 1. ed. São Paulo, SP: Atlas.



- PIB (2022). Produto Interno Bruto por estado. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>>.
- PIAUI (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <https://portal.sefaz.pi.gov.br/balanco-geral-do-estado/>
- PINHEIRO et al. (2020). Os Gastos Públicos da Covid-19 em Municípios Paraenses, In: XX Congresso Internacional de Contabilidade da USP, 2020, São Paulo. Anais, São Paulo: USP.
- ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C., Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros, Revista de Economia Aplicada, v. 11, n. 4, p. 463-485, 2007.
- RONDÔNIA, 2022. Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <https://transparencia.ro.gov.br/Pasta?pEncPastaId=9HIipOr4P-5ABjGT80w11W-ZJsDZmqrlOdBMkXUIQL9H_HuS8_4AaVetDSVjt_GGVRbMao6nJvyzC_-zCMAJOfjSZAebksKbCPpsvjbL0Oo3QU4L>
- RORAIMA, 2022. Gastos Públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://www.transparencia.rr.gov.br/index.php/receitas-e-despesas/grafica-da-despesa-do-exercicio-por-funcao-do-governo>>
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de Pesquisa. 5. ed. Porto Alegre, RS: Mc Graw Hill e Penso, 2013.
- SANTA CATARINA (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<http://www.transparencia.sc.gov.br/despesa>>
- SANTOS et al. (2021). Gastos públicos com internações hospitalares para tratamento da COVID-19 no Brasil em 2020, Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 1-12.
- SANTOS et al. (2020). Gastos públicos direcionados ao combate da covid-19 em Alagoas, Revista de Atenção à Saúde, v. 19, n. 67, p. 26-32.
- SÃO PAULO (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/acessoinformacao/Paginas/Consulta-Temporal.aspx>>
- SENADO FEDERAL (2021). Gasto médio do governo com pandemia é 12 vezes menor em 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/12/nos-primeiros-100-dias-do-ano-governo-gasta-12-vezes-menos-com-pandemia>>
- SILVA, F. F. M.; BENINI, E. G.; SILVA, M. A. C. (2020). Contribuição da Teoria da Contingência no enfrentamento dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, In: IV Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação, v. 4, 2020, Campo Grande. Anais, Mato Grosso do Sul.
- STALKER, G. M.; BURNS, T. (1961). The management of innovation, 1. ed. London, UK: Tavistock Publications.
- SUDASINGHE, S. N. (2010). An analysis of local government expenditures: reconciling socioeconomic, political and governmental perspectives. University of Sri Jayewardenepura.
- TOCANTINS (2022). Gastos públicos com saúde, segurança e educação. Disponível em: <<https://www.transparencia.to.gov.br/#!/despesas>>
- UNASUS (2020). Coronavírus: Brasil confirma primeiro caso da doença. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Sa%C3%BAde%20confirmou,para%20It%C3%A1lia%2C%20regi%C3%A3o%20da%20Lombardia.>>>



WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. (2020). A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada, SciELO - Scientific Electronic Library Online, v. 36, n. 5, p. 1-4.

ZANATTA, J. M. (2018). Teoria da Contingência Estrutural e Alinhamento Estratégico: Discussão no campo teórico dos estudos organizacionais. Brazilian Journal of Development, v. 4, n. 7, p. 4232-4241.